



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.19.094365-4/000

Isso se justifica porque em determinadas constâncias as razões apresentadas são tão óbvias que dispensam a dilação probatória.

E, a princípio, é o que se verifica nestes autos, em que a impetrante, em muito bem lançada petição inicial, descreve os fatos que, independente de sua concretude, já podem e devem ser admitidos como razoáveis, tamanho o grau de potencialidade e de obviedade.

Mesmo quem não tenha conhecimentos sequer ainda médios a respeito de “informática” pode visualizar a violação de um direito líquido e certo da impetrante, de poder participar do pregão a que se refere nestes autos em igualdade de condições.

Soa evidente que no pequeno espaço temporal indicado pela impetrante não se consegue realizar lances com eficiência concorrente sem utilização de um dito “robô”.

Não é preciso prova pericial para essa constatação.

E isso se mostra ainda mais patente quando se verifica que numa disputa orçada em quase nove milhões de reais a diferença de lances foi de quarenta a cinquenta reais, o que corresponde a uma diferença de aproximadamente 0,0002%.

Isso é sintomático, e permite que se dê efetiva credibilidade ao que se vê lançado na petição inicial, no sentido de que pode a parte vencedora do certame ter se utilizado do referido “robô”, eis que se tal se deu não se mostra crível que a referida pessoa tenha obtido sucesso na disputa

Pelo exposto, defiro a liminar, para suspender o certame até que melhor se esclareça a situação.

Dê-se disso ciência às autoridades apontadas como coatora, para cumprimento da liminar e, querendo, prestações de informações.

Cientifique-se a litisconsorte, para que, querendo, se manifeste.

Belo Horizonte, 08 de agosto de 2019.